



o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 214 / NOVEMBRO-DEZEMBRO 2022 / WWW.STML.PT

PREÇO: 0,01€



DESTAQUES DESTE NÚMERO

- 3 **Eleição dos representantes dos beneficiários na ADSE – Vota LISTA B**
- 4 **Problemas na limpeza urbana**
- 10 **Concentração dos Trabalhadores do AML na Praça do Município!**
- 11 **Será culpa dos trabalhadores o desinvestimento nos edifícios municipais?**
- 16 **Governo insiste em desvalorizar trabalhadores! Greve a 18 de Novembro!**
- 20 **Festa de Natal do STML**



o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 214 – NOVEMBRO-DEZEMBRO 2022

WWW.STML.PT

Director Vítor Reis

Corpo Redactorial Luís Dias, Carlos Silva, Henrique Bastos, José Oliveira, Paula Correia, Sandro Roque, Rita Correia e Tiago Lopes

Propriedade

Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML)

Administração e Redacção

Rua de São Lázaro, 66 – 1.º, 1150-333 LISBOA

Telefones 218 885 430/35

Periodicidade Bimestral

Distribuição Gratuita aos Sócios do Sindicato

Tiragem 4.000 exemplares

Preço de capa 0,01€

Número de Identificação Fiscal 500 850 194

Depósito Legal 17.274/87

PROTOCOLOS STML

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Escola Superior de Educação João de Deus

Grupo Lusófona

Instituto Superior de Educação e Ciências

Instituto Superior de Tecnologias Avançadas

Universidade Lusíada

BANCA E SEGUROS

Ponto Seguro, mediação de seguros

Millenium BCP

DS Seguros Seixal Santa Marta

TURISMO

Campiférias

FPalmela – Aldeamento Turístico de Palmela

Viagens Falcon

OUTROS

ANDST – Associação Nacional de Deficientes e Sinistrados do Trabalho

Cartão BP Plus

Escola de Condução ENAL

Lancaster College – Escola de Línguas

Mind Project

EDITORIAL

Os trabalhadores portugueses confrontam-se com um Governo que os trata como inaptos, para não dizer mais, perante um cenário inflacionista que já não se verificava há mais de três décadas e um conjunto de medidas que supostamente deveriam mitigar os seus efeitos nas condições de vida de quem trabalha.

Se em Outubro a inflação superou os 10%, prevendo-se que a média no fim do ano esteja aproximadamente nos 8%, como podemos aceitar aumentos propostos sempre inferiores a estes valores? O que se constata é a tentativa de condenar os trabalhadores, principalmente do sector público, a mais um ano de perda no seu poder de compra. Todos reconhecemos o desrespeito que foram os “aumentos” salariais de 2022, para não importar os últimos 10 anos. Para 2023, o Governo aprofunda a sua obsessão, negando direitos e a valorização dos rendimentos que os trabalhadores justamente exigem, porque a vida, estando cada vez mais cara, assim o deveria determinar. Não se estranhe, portanto, que os trabalhadores recorram à luta para fazer passar o seu descontentamento com a política de um governo de maioria absoluta que não olha a meios para os empobrecer. Paralelamente, não faltam os apoios, benefícios e dádivas às grandes empresas e grupos económicos, os mesmos que apresentam lucros escandalosos quando comparados com os anos anteriores. A crise não é para todos e este governo só ajuda quem ele quer pois claro.

Valorizamos as jornadas de luta de 25 de Outubro e de 25 de Novembro convocadas pela CGTP-IN, ou a greve nacional da administração pública proposta pela Frente Comum, que o STML integra, para 18 de Novembro. Nas mãos dos trabalhadores, na sua capacidade de organização, participação e luta, reside a garantia da defesa dos seus direitos e rendimentos.

No município de Lisboa, também os trabalhadores não desarmam na defesa das suas reivindicações. A 28 de Outubro os trabalhadores do Arquivo Municipal estiveram concentrados na Praça do Município, sabendo que se tratou de mais uma etapa numa luta que irá continuar. Na limpeza urbana, o STML irá debater com os responsáveis da DMHU os problemas que afectam os trabalhadores deste importante sector de actividade, tendo intervindo em inícios de Outubro na reunião pública da Assembleia Municipal de Lisboa, relembrando e exigindo respostas sérias que garantam um serviço público de qualidade, sem deixar de apontar os verdadeiros responsáveis pelas deficiências que todos reconhecemos na limpeza e higiene urbana de Lisboa. Também na realidade dos espaços verdes, cemitérios, oficinas de reparação e manutenção mecânica, rede de bibliotecas, protecção civil, ou serviços instalados nos mais diversos edifícios municipais, o STML não se tem cansado de procurar e exigir respostas tendo em conta os interesses, direitos e expectativas dos respectivos trabalhadores.

Na realidade que concerne às juntas de freguesia, somam-se as reuniões do Sindicato com os Executivos, procurando consensuar respostas e soluções aos problemas dos seus trabalhadores. Reuniu-se com a Ajuda, Alvalade, Misericórdia, Santo António, Arroios e São Domingos de Benfica. Continuamos a pressionar os Executivos de Benfica, Alcântara, Olivais e Parque das Nações para avançar e concluir os processos negociais que visam celebrar um novo ACEP.

Nas empresas municipais, o STML reuniu com as administrações da EGEAC, GEBALIS e MARL, procurando agora debater com os trabalhadores os melhores caminhos à defesa dos seus direitos.

Por último, relembrar a Festa de Natal dirigida aos associados do Sindicato, prevista para inícios de Dezembro. A Direcção do STML deseja a todos os trabalhadores do município de Lisboa umas boas festas e que 2023 seja o ano que nos permita obter uma vida e um futuro mais dignos que só a confiança, organização e luta garantem.

Eleição dos representantes dos beneficiários para o Conselho Geral e de Supervisão da ADSE

Vota LISTA B

Nos dias 28, 29 e 30 de novembro, terá lugar a eleição dos representantes dos beneficiários para o Conselho Geral e de Supervisão da ADSE, sendo nos três dias permitido o voto eletrónico. No dia 30, porém, o voto pode ser efectuado presencialmente. Também existe a possibilidade em exercer o direito de voto por correspondência.

A Lista B é a lista apresentada pela Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP), que integra o STML. O caminho que defendemos passa por garantir a sustentabilidade e o reforço da ADSE e assegurar que os direitos dos seus beneficiários são respeitados e ampliados. Desde logo, os candidatos da Lista B comprometem-se com:

- A manutenção da natureza pública e solidária da ADSE, direito dos trabalhadores e aposentados da Administração Pública;
- Uma gestão da ADSE que tenha como objectivo central o reforço dos direitos dos beneficiários;
- A reposição das contribuições mensais dos trabalhadores e aposentados para 1,5% sobre 12 meses;
- O alargamento e diversificação das convenções, garantindo que todos os beneficiários podem delas usufruir;
- O fim dos limites do número de consultas e de actos médicos nas áreas em que foram impostos;
- A inclusão de mais actos médicos e procedimentos na lista das comparticipações como o aumento da comparticipação nos óculos (lentes e armações) e na medicina dentária, actualizando os actos comparticipados;
- A conclusão do processo de alargamento da ADSE aos trabalhadores com Contrato Individual de Trabalho do sector empresarial municipal e intermunicipal.

Para votar eletronicamente, será necessário o código que todos os trabalhadores irão receber por carta ou correio electrónico e o número de beneficiário da ADSE. Para exercer o voto em urna é necessário a exibição do Cartão do Cidadão ou Bilhete de Identidade, além do cartão de beneficiário da ADSE. Como proceder:

Voto eletrónico

Possível das 9h00 de dia 28 às 17h00 do dia 30 de Novembro sem interrupção em qualquer plataforma electrónica, digitando: <https://certvote.com/ADSE2017> (e colocando de seguida o código referido e o número de beneficiário da ADSE).

Voto presencial

Possível das 9h00 às 17h00 de dia 30 de Novembro, existindo mesas de voto apenas nas capitais de distrito. Neste sentido, em Lisboa, as mesas de voto funcionarão na Biblioteca do Palácio das Galveias (Campo Pequeno), na Sede ADSE – Loja (Praça de Alvalade) e no Centro Sociocultural dos Serviços Sociais da Administração Pública (Rua Visconde Valmor, nº.76-C).

Vota Lista B

Por uma ADSE Pública e Solidária com mais Direitos



Os problemas na limpeza urbana da cidade de e neste universo não cabem os trabalhadores

Perante as críticas desonestas, cínicas e hipócritas que nos últimos meses foram avançadas publicamente por dirigentes e eleitos políticos sobre os problemas na limpeza e higiene urbana na cidade, o STML decidiu intervir na Reunião Pública da Assembleia Municipal de Lisboa de 4 de Outubro, propositando repôr a verdade num dia em que esta temática foi o foco da discussão neste órgão público da cidade. Damos nota das principais ideias proferidas nesta intervenção. Assim,

“O STML é o sindicato mais representativo na Câmara Municipal e em todas as Juntas de Freguesia da cidade, registando mais de 90% dos trabalhadores sindicalizados.

Face à gravidade das declarações proferidas nesta assembleia, em assembleias de freguesia, na comunicação social ou em comunicados partidários, sobre a alegada culpa dos “sindicatos” em relação à situação da higiene urbana – trata-se de atacar os direitos, liberdades e garantias que são consagrados na Constituição da República à actividade sindical, numa tentativa de manipulação da opinião pública sobre os reais problemas da higiene urbana na cidade de Lisboa.

É necessário esclarecer o seguinte: o STML não levou a cabo nenhuma greve neste sector na CML durante o presente mandato. A realização de plenários ocupa uma hora do horário de trabalho, sendo realizados, em simultâneo, sete plenários em cada jornada de trabalho, não pondo em causa a recolha dos resíduos sólidos. A última ronda de plenários decorreu em Maio deste ano.

E ainda quanto a afirmações que descrevem uma sequência de greves promovidas por este sindicato, criando o caos na limpeza da cidade, após o actual executivo camarário ter respondido positivamente às reivindicações em torno da actualização do suplemento de insalubridade e penosidade e respectivos retroactivos, não passam de delírios, com objectivos pouco claros. As pessoas que dizem estas falácias devem questionar o presidente da CML, sobre esta realidade virtual.

Há realmente razões e responsabilidades pelo funcionamento deficitário da Limpeza da cidade, mas **não** são aos trabalhado-

res e ao sindicato que devem ser assacadas. São aos anteriores executivos e actual da Câmara Municipal, que devem responder pela falta de pessoal, de viaturas, de postos de limpeza dignos, mesmo os das freguesias, ou pela reorganização dos circuitos de remoção. Também pela falta de campanhas de sensibilização junto da população, ausência de fiscalização e falta de coordenação entre câmara e juntas. A falta de pessoal, máquinas e ferramentas nas Juntas de Freguesia, contribuem para o problema.

O STML sempre criticou a reorganização administrativa da cidade levada a cabo por PS e PSD, que conduziu ao processo de transferência de competências definitivas para as Juntas de Freguesia em Março de 2014, entre elas, parte da Higiene Urbana. As consequências estão à vista.

Desde logo assistiu-se à falta de pessoal na CML, que ainda hoje não foi recuperada e um aumento exponencial de precariedade nas Juntas de Freguesia, havendo inclusive trabalhadores sem qualquer tipo de contrato escrito, como sucedia na Junta da Estrela. Apesar de muitos casos terem sido resolvidos pelo PREVPAP, os falsos recibos-verdes mantêm-se.

Enquanto anteriormente existia uma direcção do serviço de Higiene Urbana, passaram a coexistir 24 (excepção à freguesia do Parque das Nações)! Com a conseqüente descoordenação e dúvidas de quem faz o quê, com evidentes repercussões na qualidade do serviço prestado.

O STML tem como objectivo principal a defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores da câmara municipal e das juntas de freguesia, exercendo uma prestação de serviços de qualidade à população, além de defender a sua manutenção na esfera pública municipal.

Não promove a luta pela luta, mas não abdicará nunca dos direitos que lhe são conferidos pela constituição de Abril. Faremos os plenários que forem necessários para discutir com os trabalhadores os seus problemas e definir todas as formas de luta, incluindo a greve, sempre que se justifique.”



Lisboa têm responsáveis e muito menos o STML!

Surto de legionella no COR lembra-nos a importância de valorizar e defender o direito a condições de trabalho dignas!

Os trabalhadores da Higiene Urbana afectos ao Centro Operacional de Remoção (COR), foram confrontados na primeira semana de Outubro, com o encerramento do balneário masculino destas instalações, por análise positiva à legionella, decretada pela Delegação de Saúde, autoridade competente para o efeito.

Lida assim e de maneira rápida esta notícia, que a todos preocupou, sobretudo os que aí trabalham e usam este equipamento, parece coisa normal e de pouca monta, fazendo parte amiudadamente dos noticiários deste país, tal a frequência com que casos destes ocorrem.

Felizmente para todos nós e em especial para os trabalhadores da CML que aí trabalham e usam diariamente as instalações em apreço, a situação foi rapidamente identificada sendo tomadas e até explicadas as medidas de mitigação desta bactéria. É mesmo apropriado dizer-se que vale mesmo a pena prevenir para não ter de remediar.

Também nós STML, acompanhámos desde o primeiro momento a situação tendo sido informados (como sempre deveria acontecer, e não acontece!) do que foi detectado, e das *démarches* que iriam ser tomadas com vista à resolução do problema, assim como das alternativas que assegurassem aos trabalhadores a possibilidade de efectuarem a sua higiene em segurança e assim realizarem o seu trabalho. Foi também com este intuito, que foram feitas visitas no dia 13 de Outubro pelo STML e contactados os trabalhadores desta unidade operacional, não só esclarecendo, mas também ouvindo as suas preocupações.

O STML não tem parado de referir ao longo dos anos e junto dos sucessivos Executivos e da Direcção Municipal de Recursos Humanos, a importância que se tem de dar à prevenção em todas as suas vertentes, para se diminuírem os acidentes de trabalho, melhorar o bem-estar dos trabalhadores, e assim se preservar o maior bem que todos podemos possuir que é o da nossa saúde.

O caso presente é o exemplo claro, se alguém tivesse dúvidas, de que é melhor prevenir do que remediar! Tomáramos nós, que os desfechos fossem sempre estes, e que os caminhos seguidos de cooperação e o direito de informação fosse assegurado. Tudo seria mais simples, transparente menos conflituoso e sobretudo mais seguro e de maior confiança.

Se pensarmos em exemplos bem recentes, que vão da Protecção Civil, aos Postos de Limpeza, dos Bombeiros, ao Arquivo Municipal, das Bibliotecas aos Serviços Administrativos, e analisarmos as queixas em relação à falta de condições de trabalho, saúde e segurança dos diversos locais de trabalho, percebemos um sentimento de desrespeito pelos trabalhadores, e pelos seus direitos que deveriam envergonhar os responsáveis da autarquia, políticos e hierárquicos.

A maior Câmara do país pode e deve ter um comportamento diferente, no que concerne à saúde e segurança no trabalho. Aquilo que enaltecemos enquanto sindicato representativo dos trabalhadores deste município, no comportamento no caso presente, não pode ser a excepção aquilo que até do ponto de vista legal, deve ser tido como REGRA!

Fazermos isto acontecer, é um sinal de apreço para com os trabalhadores deste município, mas é também uma maneira simples, de respeitarmos aqueles que por eles são servidos: os nossos munícipes!

Propositando debater e de facto trabalhar para resolver os problemas deste importante serviço público municipal, o STML espera reunir com a Direcção Municipal de Higiene Urbana (DMHU) a 2 de Novembro, dando conta em tempo oportuno desta reunião aos trabalhadores cantoneiros e condutores que este Sindicato representa.



Caderno Reivindicativo das Oficinas do DRMM foi entregue em Setembro aos responsáveis máximos da CML.

A 22 de Setembro, uma delegação dos trabalhadores das oficinas de reparação e manutenção mecânica da CML concentrou-se na Praça do Município com o propósito de entregar ao Presidente da autarquia o Caderno Reivindicativo deste importante sector.

Membros da Direcção do STML, com o respectivo Delegado sindical das oficinas, foram recebidos pelos chefes de gabinete do Presidente da CML e do Vereador Ângelo Pereira, junto dos quais foram transmitidos sinteticamente os principais problemas aos quais se exigem respostas céleres, tais como:

- **A contratação urgente de pessoal** para as várias valências profissionais da área operacional, mas também de técnicos superiores da área de engenharia, de forma a colmatar o défice que se verifica, num caminho que a não ser invertido, colocará em causa a curto prazo a capacidade de resposta das oficinas. Problema que se agrava com o envelhecimento e saída natural para a reforma de um número considerável de trabalhadores. Urge neste sentido, aproveitar enquanto é tempo, o conhecimento acumulado dos mais velhos, possibilitando a sua transmissão aos mais novos, só possível com a partilha de tempo e espaço de uns com os outros.
- **Investir na melhoria das instalações**, de forma a proporcionar melhores condições de trabalho.
- Dinamizar a formação profissional para todos os trabalhadores, de forma a estarem aptos a intervirem em todo o tipo de viaturas que compõem a actual frota municipal.
- **Proceder à constituição de stocks de ferramentas e materiais indispensáveis** ao funcionamento diário das oficinas. O mesmo se aplicando aos EPI que se desejam de qualidade e em quantidade suficientes.
- **O preenchimento das vagas de Encarregado Geral Operacional e Encarregado Operacional**, através de concursos de promoção, tratando-se de uma matéria fundamental ao funcionamento das oficinas.

As oficinas de manutenção e reparação mecânica integram o Departamento de Manutenção e Reparação Mecânica (DRMM), que por sua vez está inserido na Direcção Municipal de Higiene Urbana (DMHU). Estão localizadas no Complexo Municipal dos Olivais e são um suporte essencial no funcionamento de inúmeros serviços municipais, destacando pela sua dimensão a Higiene Urbana. Nestas oficinas também é prestada assistência às frotas da Polícia Municipal e do Regimento de Sapadores Bombeiros, assim como a todas as viaturas ligeiras, pesadas ou de passageiros ao serviço do município.

O Caderno Reivindicativo agora entregue, construído pelos trabalhadores das oficinas de reparação e manutenção mecânica com o seu Sindicato, é a súmula das suas reivindicações. É também a identificação dos problemas aos quais urge dar resposta. São avançadas propostas que visam, por um lado, corresponder às expectativas dos trabalhadores, por outro, garantir melhores serviços públicos. Só é possível a prestação de serviços públicos de qualidade, se os direitos e anseios dos trabalhadores forem plenamente respeitados e satisfeitos.

Por último, o STML solicitou e aguarda neste momento o agendamento de uma reunião com os responsáveis hierárquicos da DMHU/DRMM, objectivando o debate no concreto dos inúmeros assuntos que constam no referido Caderno Reivindicativo.

Paralelamente, o STML continuará a reunir com os trabalhadores das Oficinas do DRMM para avaliar os caminhos que interessa assumir para a resolução dos seus problemas. Só com a responsabilidade e o envolvimento de cada um, de todos, será possível criar condições para a melhoria das nossas condições de trabalho e de vida.



STML aguarda agendamento para debater com a Direção Municipal responsável pelos Espaços Verdes, Cemitérios e Casa dos Animais de Lisboa os problemas que afetam os respetivos trabalhadores.

Após a entrega ao Presidente da CML dos Cadernos Reivindicativos dos trabalhadores dos Espaços Verdes, no dia 1 de Junho, e dos trabalhadores dos Cemitérios, a 27 de Julho, sem esquecer os problemas dos trabalhadores afetos à Casa dos Animais de Lisboa, foram enviados posteriormente à Diretora Municipal da Direção Municipal da Estrutura Verde, Ambiente e Energia (DMEVAE), solicitando simultaneamente o agendamento de reuniões próprias para debater os seus conteúdos e encontrar as melhores soluções e respostas aos problemas e às reivindicações dos respetivos trabalhadores.

Contudo, passados cinco meses, num caso, e três meses noutro, o STML continua à espera da disponibilidade da diretora municipal para agendar as supramencionadas reuniões de trabalho. O Sindicato não tem, contudo, deixado de pressionar para que estes processos avancem, sabendo que só respeitando os direitos e as expectativas dos trabalhadores, será possível garantir serviços públicos de qualidade junto da cidade e população de Lisboa.

Questionamo-nos assim, se os atuais dirigentes hierárquicos da DMEVAE estarão de facto preocupados com as condições de trabalho e os direitos dos seus trabalhadores, e mesmo com os serviços municipais pelos quais são responsáveis, ou se optaram por olhar para o lado e fazer de conta que tudo corre bem, mesmo quando **'todo sabemos', entre trabalhadores, sindicato e municípios**, que a realidade é bem diferente, seja nos espaços verdes ou nos cemitérios.

Por último, não deixa de ser irónico que a DMEVAE não dê continuidade em prazos aceitáveis aos processos reivindicativos que, quer o Vice-Presidente da CML a 1 de junho com os trabalhadores-jardineiros, quer o Presidente da CML a 27 de julho com os delegados sindicais dos cemitérios, assumiram serem perfeitamente legítimos e compreensíveis, afirmando que a CML está sensível aos problemas sentidos e tudo fará para os resolver. Será que a Diretora Municipal dos espaços verdes e cemitérios se debate com dificuldades de comunicação com os responsáveis máximos do município? Ou estarão todos a gozar com quem trabalha?

O STML não deixará de debater com os trabalhadores as formas de luta que melhor garantem a defesa dos seus direitos e de um serviço público de qualidade.

Os Guardas Florestais da Câmara Municipal de Lisboa permanecem “esquecidos” por Monsanto...

Os guardas-florestais da CML têm como missão vigiar e fiscalizar as matas municipais submetidas ao regime florestal. A sua carreira corre o risco de extinção, e a sua integração na Polícia Municipal de Lisboa (PML) não só esvaziou as suas reais funções, como também originou a mudança de instalações para o Comando da PML representando uma profunda irresponsabilidade considerando a natureza, objetivos e missão deste serviço municipal (o dispositivo da Guarda Florestal esteve desde sempre instalado em Monsanto, concretamente na Cruz das Oliveiras).

Os poucos trabalhadores que se encontram na carreira de guarda-florestal no quadro da CML confrontam-se, para além das questões já mencionadas, com outras problemáticas, nomeadamente a média de idades, a escassez de pessoal, a falta de condições de higiene e segurança no trabalho, instalações degradadas e/ou inexistentes, falta de fardamento e equipamentos de trabalho adequados às funções, falta de hierarquia funcional, entre muitas outras matérias. Os suplementos remuneratórios relacionados com as condições específicas das suas funções não são valorizados e nalgumas situações nem atribuídos.

O processo de recrutamento destes profissionais arrasta-se na Direção Municipal de Recursos Humanos (DMRH) há vários anos, apesar de as várias propostas consideradas nos mapas de pessoal preverem 34 vagas no quadro. O certo é que ainda hoje só se fala na possível abertura de um concurso.

A DMRH afirmou por diversas vezes em reuniões com o STML que a abertura de concurso teria lugar em setembro de 2022. Contudo, estamos em novembro e nada se vislumbra até ao momento. Os trabalhadores demonstram naturalmente preocupação sobre o referido concurso e os moldes em que o mesmo será constituído, sabendo que até à data não foram consultados/envolvidos no processo. Será possível contratar profissionais para uma área tão específica, sem sequer prever na constituição do júri um guarda-florestal? Trata-se de uma questão, entre muitas outras, que caberá à CML/DMRH saber responder obrigatoriamente, se de facto pretende valorizar os guardas-florestais e as funções implícitas à sua missão, como muitas vezes já ouvimos dizer, sem, contudo, vislumbrar qualquer ação concreta coerente com este 'discurso'.

Da parte do STML, uma certeza: não deixará o Sindicato de acompanhar os problemas destes trabalhadores, exigindo ao Executivo municipal em todas as ocasiões possíveis, respostas concretas e visíveis que de facto garantam no presente e para o futuro imediato os direitos dos guardas-florestais, matéria da qual não se dissocia a dignificação da sua carreira.

O STML actua com especial acutilância em três empresas municipais, nomeadamente na EGEAC, que tem competência na área da cultura; na GEBALIS, que gere a habitação municipal e na SRU que detém responsabilidades na construção pública. Estas empresas regem-se pelo Código do Trabalho, o mesmo que se aplica ao sector privado, mas, simultaneamente, elas também são alvo das opções políticas de quem no tempo ocupa as cadeiras da governação e decide os conteúdos e prioridades do Orçamento do Estado (OE).

São mais de 800 trabalhadores das empresas municipais de Lisboa que se encontram, permanentemente, numa posição fragilizada por estarem, involuntariamente, constrangidos quer pelas opções de quem a CML define para a sua gestão, quer pelas referidas imposições decorrentes do OE.

Foi apenas com a intervenção sindical, com a mobilização de todos os trabalhadores para acções de luta reivindicativa, que se conseguiu alterar realidades que demasiadas vezes não os têm em consideração. O STML, aliás, já começou a fazê-lo com a introdução da contratação colectiva nas empresas municipais. O Sindicato já conseguiu celebrar dois Acordos de Empresa (AE), abrangendo mais de 600 trabalhadores: na EGEAC, desde 2009, e na GEBALIS, desde 2017 (em conjunto com o STAL). Trabalha-se neste momento para fazer o mesmo na SRU e também com o MARL, empresa pública, tutelada pelo Ministério da Economia.

Porque os acordos levam tempo a produzir alguns efeitos, os trabalhadores destas empresas continuam a queixar-se de desigualdade e de pouca valorização salarial. Os argumentos utilizados pelos gestores públicos para os escassos (ou inexistentes) aumentos salariais são sempre os mesmos: a não resposta da tutela em relação aos prejuízos expectáveis, as decisões políticas da tutela, os efeitos da pandemia e, agora, as consequências da guerra na Ucrânia.



Conforme acordado em Setembro com o STML, o CA da EGEAC apresentou na segunda reunião com o Sindicato, de 17 de Outubro, a sua proposta de aumentos salariais para o ano de 2022, estipulando um aumento de 2% com retroactivos a Janeiro. Informou-nos igualmente que deu instruções para que os trabalhadores recebessem os valores em causa já no recibo de vencimento deste mês (Outubro).

O STML afirmou à administração da empresa ser este valor muito aquém da proposta de 90€ apresentada no início do ano, hoje já desatualizada face à brutal taxa de inflação que se verifica, logicamente indissociável da acelerada diminuição do poder de compra dos trabalhadores. Caberá, portanto, a estes últimos, avaliar esta decisão nas reuniões com o sindicato, para além de perceber quais os eventuais caminhos a trilhar que melhor defendem os seus direitos e rendimentos.

Sobre as negociações para os aumentos salariais do próximo ano, o STML manifestou a intenção de que estas decorram num prazo mais reduzido de forma a estarem concluídas o mais cedo possível. O sindicato avançou que em primeiro lugar irá reunir com os trabalhadores, procurando debater e consensualizar uma proposta de aumento para 2023 que depois fará chegar aos responsáveis da empresa.

Por último, em relação às escalas de serviço, o CA, apesar de ainda não ter uma decisão final sobre a proposta que o STML apresentou, afirma que “tudo parece estar bem encaminhado” para que, numa reunião técnica a realizar com a futura Direcção de Recursos Humanos, expectavelmente na segunda semana de Novembro, se possa assumir uma posição definitiva enquadrada juridicamente e de acordo com as necessidades e vontades, quer da empresa, quer dos trabalhadores respectivamente.

Estes e outros assuntos serão aprofundados nas reuniões com os trabalhadores, que o Sindicato realizará brevemente em todas as instalações da EGEAC.



Os 103 trabalhadores da Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU) continuam a exigir a celebração de um Acordo de Empresa (AE). No passado mês de Junho, voltámos a enviar o documento aos novos administradores e a pedir a marcação de reunião. A proposta de AE foi apresentada pelo STML, pela primeira vez, há quase dois anos. Contudo, as sucessivas alterações na composição da Administração, entre outras contingências, têm atrasado todo o processo. Entretanto, a actual Administração da SRU mostrou algum interesse na matéria e, finalmente, respondeu ao pedido do STML, informando que estava a analisar a proposta. No passado mês de Julho, recorde-se, foi realizado um Plenário com os trabalhadores que esperam e desesperam pela celebração do seu primeiro AE. Neste momento, consideramos que as desculpas se esgotaram e que os gestores da SRU têm de assumir as suas responsabilidades na matéria. O STML irá novamente reunir com os trabalhadores de forma a decidir os melhores caminhos à defesa dos seus direitos e expectativas.



Gebalis

marl
Mercado Abastecedor
da Região de Lisboa

Os trabalhadores da GEBALIS não se conformam com a prepotência do Conselho de Administração (CA) da empresa ao decidir deixá-los sem qualquer aumento salarial no ano de 2021. Tal descontentamento ficou bem patente, no passado dia 21 de Outubro, durante a realização de um Plenário Geral convocado pelo STML e STAL, justamente para dar a conhecer aos trabalhadores o resultado da última reunião com o CA a 10 de Outubro.

A Administração voltou a deixar bem claro que o acordo existente com a anterior equipa de gestão e os trabalhadores – que aceitaram um aumento de 10€ para 2021 com a promessa de uma subida mais robusta em 2022 – não era para ser cumprido.

Mal entraram em funções, recorde-se, os novos administradores, ignorando o Acordo de Empresa (AE) em vigor e o papel dos sindicatos, fecharam-se nos seus gabinetes e, sózinhos, também decidiram para 2022 que os trabalhadores mereciam ser aumentados, depois de um ano com actualização zero, em apenas 1% (!).

Perante o relato de como tinha decorrido a reunião com o CA, o Plenário, que é soberano, deliberou continuar a exigir à Administração da GEBALIS o aumento salarial relativo a 2021, conforme estava acordado com os anteriores responsáveis. Foi também decidido avançar para as seguintes acções de luta: intervir, por intermédio de um trabalhador e de um dirigente sindical, na próxima reunião pública da CML, único accionista da GEBALIS, para voltar a denunciar o rompimento, por parte do CA, do acordo de aumento que já vinha de 2021 e o facto de se fazer tábua rasa do AE em 2022; realizando-se simultaneamente uma concentração de trabalhadores nos Paços do Concelho, enquanto decorre a reunião pública.

Entretanto, será solicitado por escrito ao presidente da CML o resultado da auscultação aos administradores da GEBALIS que prometeu fazer a 27 de Julho, quando confrontado publicamente sobre este assunto.

Em relação a 2023, o CA admitiu estar aberto a negociações, reconhecendo, finalmente, que há um AE em vigor na empresa municipal. Questionada sobre a valorização salarial que tem vindo a defender em abstrato, a Administração informou ter feito um estudo dos salários praticados na GEBALIS, pelo que iria enviar aos sindicatos uma proposta de revisão do AE. Isto no que respeita às cláusulas pecuniárias. Os trabalhadores, por seu turno, fazem já uma proposta de aumento salarial de 10% para 2023, com uma subida mínima de 100€.

Na sequência de uma questão colocada pelo CA – a propósito do pedido de parecer, enviado no passado dia 6 de Outubro, acerca do Projecto de Reestruturação Organizacional e Funcional e do Manual de Descrição de Funções e Responsabilidades da GEBALIS –, os sindicatos informaram que a sua posição será remetida dentro do novo prazo, estabelecido a pedido da Comissão de Trabalhadores.

O STML reuniu-se finalmente no passado dia 13 de Outubro, com o Conselho de Administração (CA) do MARL, procurando avançar com o processo negocial em torno de um Acordo de Empresa (AE).

O CA, segundo informação prestada ao Sindicato, tem finalmente o aval da tutela – exercida pelo Ministério da Economia – para avançar com as correspondentes negociações. De acordo com a mesma fonte, a Administração tem inclusivamente a intenção de englobar no processo negocial os trabalhadores de todos os mercados abastecedores (Lisboa, Braga, Évora e Faro), bem como os profissionais que trabalham na própria SIMAB, empresa que gere as referidas estruturas.

O CA do MARL adiantou igualmente ao Sindicato que realizou um estudo, socorrendo-se de uma consultora externa, por forma a poder respeitar as limitações orçamentais impostas pelo Ministério da Economia – na contratação de novos trabalhadores, por exemplo. Mas, como foi assegurado, o estudo também servirá para que a empresa possa estar em condições de responder às expectativas de quem ali trabalha.

A proposta de AE apresentada pelo STML em Novembro de 2021, resultado da discussão com os trabalhadores do MARL, encontra-se assim em análise pelos administradores. A ideia será ajustá-la ao Plano e Orçamento de 2023, para que não se ultrapassem os rácios impostos pela tutela.

Conforme foi revelado na reunião com o CA, a maioria dos planos e orçamentos da SIMAB para 2023 foi aprovada no passado mês de Setembro. Já com o futuro AE no pensamento, foi incluída uma proposta de progressão na carreira para todos os trabalhadores das cinco empresas que fazem parte do universo em questão. Neste sentido, verificando-se as condições para avançar na negociação do AE, ficou acordada uma nova ronda de reuniões para inícios de 2023.

O STML aproveitou ainda a oportunidade para questionar o CA sobre os aumentos salariais para o próximo ano. De acordo com o que nos foi dito, a subida dos ordenados deverá ter como referência a realidade da Função Pública.

A pedido de alguns trabalhadores, abordou-se igualmente o regime de teletrabalho. Segundo a Administração, mantém-se a organização seguida até agora. Ou seja, o escalonamento continua a ser feito por semana (em todas as funções que permitam o teletrabalho), sendo que 50% dos trabalhadores terão de estar em regime presencial.

Quanto ao pagamento do suplemento de combustível – pode implicar uma subida de escalão no IRS de alguns trabalhadores por ser considerado rendimento –, o CA do MARL invocou razões legais para justificar o impedimento de transformá-lo, por exemplo, num cartão desconto. Pelo que a única alternativa, acrescentou a Administração, seria o trabalhador deixar de receber o dito suplemento.

O STML continuará a acompanhar a realidade laboral do MARL, prevendo realizar em Novembro um novo plenário com os trabalhadores.



Trabalhadores do AML concentram-se na Praça do Município!

O “caminho faz-se... caminhando”. A frase do poeta espanhol António Machado poderá encontrar o seu reflexo na luta dos trabalhadores do Arquivo Municipal de Lisboa (AML). Por mais que o caminho percorrido seja longo, cansativo e se arraste no tempo; que o caminho ainda a percorrer seja pautado por incertezas, estas não serão suficientes para que os trabalhadores o abandonem, esquecendo o que os move: por “um edifício único, digno e central para o Arquivo Municipal de Lisboa”.

Assim, junta-se ao caminho dos últimos anos que é marcado por diversos processos reivindicativos e de sensibilização já conhecido por todos, o plenário promovido pelo STML no passado dia 28 de Outubro na Praça do Município. Junto às portas da CML, os trabalhadores reuniram-se com o propósito de entregar a exposição denominada de “A Urgência por um edifício único e digno para o Arquivo Municipal de Lisboa”. Um documento subscrito pela imensa maioria dos profissionais dos arquivos municipais que, para além de expressar o tortuoso percurso histórico do AML, sublinha a sua principal reivindicação.

Após a intervenção do STML, o documento foi entregue por uma delegação – composta por elementos deste sindicato e de trabalhadores – ao assessor do Vereador da Cultura. Foi afirmado em nome do Vereador, a sintonia com as reivindicações dos trabalhadores, assumindo igualmente a prioridade deste Executivo em encontrar uma solução adequada, digna e funcional para as instalações do Arquivo Municipal.

Neste sentido, até ao final do ano, referem, estarão em condições de anunciar publicamente qual a solução e a localização concretas. Acrescentou ainda o assessor do Pelouro da Cultura, que o novo projecto para o AML deverá albergar num só espaço todas as valências do arquivo, hoje um pouco dispersas pela cidade. Porém, aponta ainda algumas dúvidas sobre a inclusão ou não da Hemeroteca neste projecto de intenções.

Da parte dos trabalhadores e do STML, foram lembradas as promessas feitas em outros tempos e que caíram em “saco roto”, além da necessidade imperativa em envolver previamente as estruturas representativas e os técnicos especializados do arquivo em todas as fases deste processo. Só com este envolvimento – democrático, responsável, atento e sensível –, se garantem as melhores respostas à reivindicação quer motivou esta iniciativa e que há muito extravasou as fronteiras formais dos serviços municipais, sendo hoje claramente uma reivindicação da cidade e da sua população.

Sindicato e trabalhadores não deixarão de acompanhar a evolução deste processo, decidindo em tempo oportuno novas acções de luta que se considerem pertinentes no propósito maior de garantir a resposta que há muito se exige: **um edifício único e digno para o Arquivo Municipal de Lisboa.**

Trabalhadores das Bibliotecas Municipais parecem ter sido esquecidos pela CML...

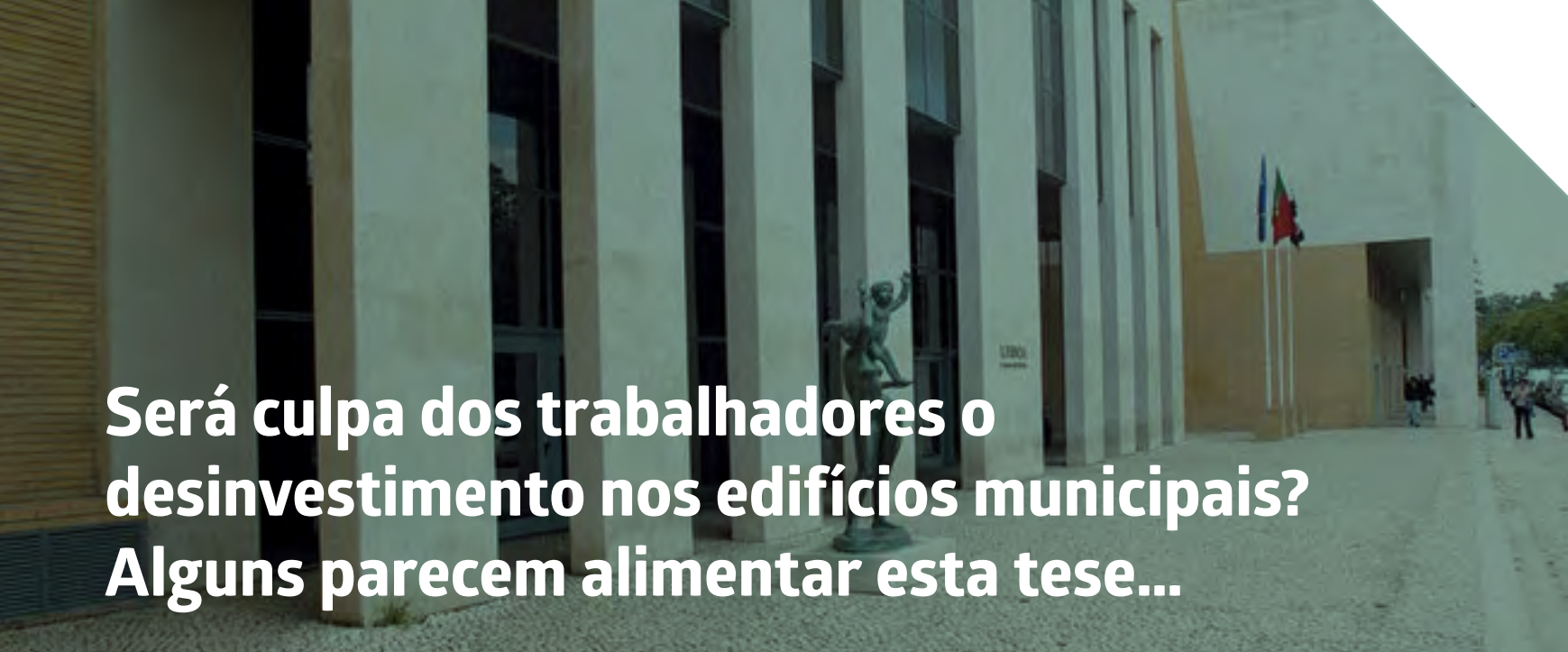
Decorrente dos contactos frequentes que o STML mantém com os trabalhadores da Direcção Municipal da Cultura (DMC), torna-se possível a este sindicato perceber facilmente qual o seu actual estado de espírito, que se pode resumir numa única palavra: descontentamento.

Há largos meses que os trabalhadores expressaram a sua vontade em alterar os horários de trabalho que se praticam na rede de bibliotecas. Realizaram com o seu Sindicato um referendo e o STML afirmou o resultado inequívoco obtido (90,8%) junto do Vereador da Cultura, sublinhando a importância em iniciar um processo negocial que vise corrigir as disparidades e constrangimentos que o actual horário de trabalho provoca na vida dos trabalhadores. Durante o mês de Maio solicitou-se formalmente o início deste processo negocial junto da Direcção Municipal de Recursos Humanos (DMRH) e da DMC.

Passaram mais de cinco meses e até agora mantém-se o silêncio da parte dos responsáveis municipais, situação que deverá conduzir o Sindicato para um processo de avaliação com os trabalhadores da rede de bibliotecas propositando definir uma estratégia de acção e intervenção que contribua para defender as suas expectativas e principalmente os seus direitos no campo da conciliação da vida pessoal e familiar com a vida profissional.

Os trabalhadores não são peças decorativas das quais os dirigentes políticos da autarquia apenas se lembram em tempo de inaugurações, eleições ou eventos para os quais necessitam de algum enquadramento humano, neste caso na área da cultura.

O STML não deixará de acompanhar esta realidade, assumindo plenamente, ao contrário de outros, os seus compromissos com os trabalhadores.



Será culpa dos trabalhadores o desinvestimento nos edifícios municipais? Alguns parecem alimentar esta tese...

O STML tem alertado ao longo do tempo, com especial ênfase após a diminuição do surto pandémico, para a escassez de consumíveis, sobretudo papel de cópia, em quase todos as instalações municipais, com relevância para os edifícios do Campo Grande, Julgados de Paz e Alexandre Herculano.

São recorrentes as queixas de trabalhadores, que se vêem confrontados com uma necessidade inerente ao seu trabalho para a qual não conseguem dar resposta, ouvindo tantas vezes a famosa frase, bem à portuguesa, “**DESENRASCA-TE!**”.

Situações existem, de se fechar o papel de cópia a “sete chaves”, não vá o colega “abusador” usufruir desse bem tão precioso, qual “criminoso” disfrutando da “propriedade alheia”. Parece ficção à moda de um qualquer filme de crime e suspense. Infelizmente, em muitos casos, estes episódios traduzem uma realidade bem presente, consubstanciada numa cultura individualista de “quintas”, como se cada unidade orgânica municipal fosse uma “coutada”, que nada tem que ver com as demais, com um claro prejuízo para os trabalhadores a todos os níveis, sobretudo “o mental”.

Esta situação de mingua, não tem decerto uma causa única. Falta de aprovisionamento em tempo desse material; o regresso à forma de trabalho presencial dos trabalhadores; o imprimir e actualizar documentos que foram sendo armazenados em ficheiros devido à pandemia; a falta de material no mercado; a situação internacional; etc., etc., etc.. São tudo situações que, como se referiu, este sindicato já tem alertado fazendo apelo aos diversos responsáveis, para que a organização e planeamento sobrevenha ao livre-arbítrio e indeterminismo, que tudo prejudica, sobretudo o interesse público e os seus servidores.

Neste momento, no entanto, outras justificações (?) começam aqui e ali a fazerem-se ouvir, que se constituem como uma “ameaça” ao trabalho e dedicação de todos os trabalhadores que no exercício das suas funções têm que utilizar “papel de cópia”.

Ideias como “temos que acabar com o papel porque com os computadores e suporte digital, é tudo mais rápido, gasta-se menos dinheiro, ocupa menos espaço, não se desperdiça tempo no arquivo, é mais ecológico e amigo da natureza”, revelam uma mistura de verdades claras com outras de profunda perversidade, sendo estas últimas as que preocupam os trabalhadores e este Sindicato.

Todos temos a noção de quão relevante é a utilização de meios informáticos e digitais, como auxiliar importantíssimo na gestão, tratamento e armazenamento de informação. Mas temos igualmente a certeza de que se os meios de hardware/software são inexistentes, obsoletos ou insuficientes, se as redes são “lentas”, se não existe formação e reciclagem dos trabalhadores, se

os processos não são claros, bem definidos e entendíveis, aquilo que seria uma ferramenta de desenvolvimento e modernidade, pode virar ao pior dos “calvários”, muito pior que todo o papel que manipulamos.

Pior ainda, é sermos conhecedores das falhas referidas, fazermos crer que um trabalhador é menos competente e produtivo, pelo simples facto de não conseguir substituir com maior rapidez o manuseamento da informação em formato digital, do que o tempo que despense se a mesmo for em “papel”.

Sejamos claros: na velha, mas actual máxima da Saúde Higiene e Segurança “não é o trabalhador que se tem que adaptar à ferramenta, mas é a ferramenta que tem que se adequar e responder às necessidades do trabalhador”. O STML continuará atento, ciente que a perversidade das ideias ou economicismo exacerbado, não é justificativo de situações suscetíveis de lesar a “saúde mental” dos trabalhadores da CML.

No Serviço Municipal de Proteção Civil – SALOC – avança uma proposta de alteração de horários de trabalho

Por iniciativa dos trabalhadores do SALOC, o STML prepara uma proposta de alteração de horários de trabalho que será brevemente formalizada junto da CML, nomeadamente da Direcção Municipal de Recursos Humanos (DMRH), envolvendo também e naturalmente as hierarquias do próprio SMPC. Esta proposta tem por base o horário em vigor no Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa (RSB), com as devidas alterações, inerentes à especificidade funcional dos trabalhadores em questão.

Grupo de Trabalho STML/CML para identificação das profissões de desgaste rápido.

Depois de mais de um ano sem qualquer reunião, está prevista finalmente para 11 de Novembro uma nova ronda entre o STML e a CML para aprofundar os trabalhos que visam construir uma proposta sobre a identificação e regulamentação das profissões de desgaste rápido. Relembramos que esta proposta será depois enviada à Assembleia da República onde se espera que tenha bom acolhimento por parte dos deputados das várias forças políticas com assento neste órgão. Trata-se de uma reivindicação antiga, muito sentida pelos trabalhadores, principalmente dos sectores operacionais, destacando os sectores de actividade da limpeza urbana, cemitérios, regimento de sapadores bombeiros, entre outros.



Instalações oficiais do RSB
(antigas instalações da Manutenção
Militar do Exército)
Imagens de 4 de Outubro de 2022



STML envia à CML relatório da visita às instalações oficiais do Regimento de Sapadores Bombeiros (antigas instalações da Manutenção Militar do Exército)

Dirigentes do STML da área de segurança higiene no trabalho realizaram a 4 de Outubro uma visita às Antigas instalações da manutenção militar do exército onde actualmente foram alocados os diversos serviços do Regimento de Sapadores Bombeiros (RSB), nomeadamente a oficina auto, serviço de canalizadores, oficina de extintores, carpintaria, entre outros.

Constatou-se uma vez mais que o actual Comando do RSB não se preocupa com os seus operacionais. À semelhança de outras situações já ocorridas num passado recente, os Sapadores Bombeiros são novamente colocados em instalações que deixaram de servir para outras instituições (por falta de condições de higiene e habitabilidade).

Acresce a inexistência dos pareceres indispensáveis pelas entidades competentes neste tipo de situações, em particular do Departamento de Saúde, Higiene e Segurança (DSHS) da CML.

Considerando que há muito se conhecia a decisão de transferir para estas instalações os referidos serviços e áreas de trabalho do RSB, justificada pelas obras no Metro de Lisboa, não se compreende a decisão do Comando do RSB em não assumir o planeamento adequado deste processo de mudança, além de não ter avaliado e salvaguardado as condições existentes aos serviços e para os profissionais do RSB envolvidos. Uma atitude que revela desleixo e desconsideração pelos trabalhadores que merece do STML forte repúdio e crítica.

Da visita efectuada pelo STML, verificaram-se inúmeras anomalias, posteriormente expressas e discriminadas no *relatório* enviado ao Presidente da CML, por sua vez também enviado à ACT solicitando uma intervenção urgente.

Em síntese, dos problemas observados, destacamos pela negativa, os seguintes:

- Existência de placas de fibrocimento, além de algumas terem partido e em risco de queda. Problema verificado na zona da “oficina” e de circulação de trabalhadores. Em suma, as existentes encontram-se em avançado estado de deterioração, revelando igualmente um alto risco cancerígeno.
- Instalações elétricas completamente obsoletas.
- Inexistência de água quente nos balneários da instalação do “Museu”.

- Existência em vários locais, de recipientes com comida para “gatos” incluindo embalagens, conspurcando todo o espaço, chamando outro tipo de animais como “ratos e ratazanas”.
- Falta de limpeza e recolha de resíduos na zona envolvente aos edifícios.
- Falta a colocação de grades de segurança em algumas janelas do “Museu”.
- Pressão de água insuficiente nos balneários afectos à zona das oficinas.
- Necessidade de criar um corredor entre a zona de armários e o acesso aos balneários de forma a dar privacidade aos trabalhadores na hora da sua higiene pessoal.
- Rede internet inexistente em todas as instalações.
- Pavimento das oficinas-auto completamente desajustado, irregular e de difícil limpeza, que poderá proporcionar acidentes.
- Sanitários da zona das oficinas-auto com necessidade de ser renovado.
- Inexistência de um lavatório na zona da oficina-auto.
- Inexistência de distribuição de material de protecção individual aos trabalhadores dos vários serviços oficiais existentes.
- Necessidade de implementação de um sistema de climatização na área dos serviços oficiais de forma a regular a temperatura interior.
- Zona de cozinha incompleta, revelando a carência de vários eletrodomésticos.
- Não existem espaços para arrumos, quer de máquinas, quer de equipamentos oficiais. Os equipamentos estão amontoados e desorganizados.
- Iluminação deficiente e falta de pontos de alimentação (tomadas) para focos de luz localizada.
- Inexistência de sinalética de emergência e plano de evacuação.

O STML irá agora aguardar que estes problemas sejam o mais rapidamente solucionados, avaliando paralelamente com os trabalhadores todas as ações de luta que se considerem pertinentes à defesa dos seus direitos.

Reformados em alerta máximo! Com bónus e bolos se enganam os tolos...

Sobre proposta de Orçamento do Estado atualmente em discussão, no que toca às pensões, permita-se ao Reformado algumas reflexões.

1. A lei em vigor estabelece que a actualização das pensões dependerá, nomeadamente, do crescimento do PIB e da variação média dos preços nos últimos 12 meses.
2. Devido à pandemia que sofremos, às guerras que abominamos, às sanções e especulações que só aos grandes senhores aproveitam, os preços de tudo sobem sem parar. Então o Governo, para impedir o aumento real da pensão que o Reformado Ganancioso contava auferir em 2023 (cerca de 8%), inventa nova “fórmula” que corta para metade o esperado acréscimo (cerca de 4%). Mas, em contrapartida, oferece ao Reformado um simpático bónus no mês de Outubro, no valor de metade da sua pensão. E o Governo acredita que o Reformado Submisso, agradecido, diga: “mais vale meio pássaro na mão do que um a voar”.
3. O Governo justifica a subversão da lei, com o eterno espantinho da insustentabilidade da Segurança Social, sempre agitado pela direita e agora repescado pelo PS em modo de maioria absoluta. Entretanto, na realidade, a Segurança Social cujos resultados anuais têm evoluído positivamente desde 2016, fechou Junho de 2022 com um saldo de 2.532,2 milhões de euros.
4. Entretanto, o bom do Governo vai afirmando que o Reformado Ingénuo não tem de se preocupar, pois nada perde relativamente ao que receberia se a lei fosse cumprida. Mas o Reformado Desconfiado, que já cá anda há muito tempo, faz as suas contas e descobre que afinal o “meio pássaro” está envenenado: a “meia pensão” paga em Outubro é apenas um bónus pontual e não um verdadeiro aumento. Assim, a actualização em Janeiro de 2023 será feita com base no valor da pensão em Setembro de 2022. Afinal o tal bónus é mais uma espécie de adiantamento. Ou seja, aquilo que ele recebe “a mais” em Outubro é-lhe descontado no ano seguinte. Serão estas as “contas certas” de que tanto se fala por aí...?!
5. No ano em que o Reformado, penalizado com um aumento brutal e imparável do custo de vida, poderia legitimamente esperar alguma reposição do seu poder de compra, chega o Governo Absoluto, altera as regras do jogo e rasteira o Reformado, perante a passividade do árbitro... se é que ele existe.

Parafraseando José Afonso: Reformado, para quem “a bucha é dura e mais dura a razão que a sustem”, já é tempo de vir para a rua e gritar em uníssono com o Sindicato e a CGTP/IN – “Mais salário! Melhores pensões! Contra o aumento do custo de vida e o ataque aos direitos de quem trabalha e trabalhou!”.

Aos que partiram

No mês de Outubro, chegaram notícias tristes de dois velhos camaradas que partiram.

Primeiro foi o **Joaquim António**. Ainda o nosso Sindicato não existia, já ele se destacava como lutador incansável em defesa dos direitos dos trabalhadores mais explorados da CML. Fez parte do colectivo que dinamizou a fundação, em 1977, do STCML (mais tarde, STML), a cujos corpos gerentes veio a pertencer.

Depois foi o **António Santos Augusto**. Associado do nosso Sindicato durante 30 anos, acompanhou sempre a Comissão de Reformados participando activamente na vida deste colectivo e contribuindo para o reforço dos laços de estima e solidariedade que nos ligam.

Daqui endereçamos às famílias e amigos de ambos, tributo à sua memória e sentidos votos de pesar.

A nossa luta comum por um mundo melhor, com mais justiça e menos desigualdades sociais irá continuar.



AJUDA

A 15 de Setembro, realizou-se a reunião há muito solicitada pelo STML com o Executivo desta Freguesia, representado pelo Presidente Jorge Marques. Quanto à negociação para a celebração de um novo ACEP, foi dada ênfase à majoração dos dias férias (3), por avaliação positiva no SIADAP, mostrando-se a Junta inicialmente discordante, disponibilizou-se para analisar a nova proposta a apresentar pelo STML (entretanto já enviada). Quanto ao pagamento dos suplementos de carácter permanente no período de férias, o Sindicato enviou posteriormente o parecer do seu Gabinete Jurídico para apreciação. A Junta aguarda a entrega do novo Posto de Limpeza construído sob a supervisão da CML. O STML frisou que fará o levantamento das condições desta nova instalação. Por outro lado, não está prevista a abertura de concursos de ingresso, sem que haja uma clarificação sobre a delegação de competências por parte da CML. O STML manifestou a sua preocupação pela existência de trabalhadores com contrato a prazo, reafirmando que a um posto de trabalho permanente, deve corresponder um vínculo efectivo de trabalho.

ALVALADE

A 3 de Outubro reuniu-se com o Executivo desta freguesia, representado pelo Presidente José Lopes e o Vogal Paulo de Moura. Fomos informados que a actualização do Suplemento de Insalubridade e Penosidade (SIP) para todos os trabalhadores da Higiene Urbana (no valor de 4,99€), será realizado no mês de Outubro e o pagamento dos retroactivos desde Janeiro de 2021 no processamento salarial de Dezembro. Em relação ao pagamento em período de férias deste suplemento, foi assumido pelo executivo a análise no orçamento para 2023, considerando também o pagamento dos retroactivos relativos a 2021 e 2022. Por outro lado, sobre a possibilidade de atribuição de folga por trabalho em dia feriado, ficou o executivo de avaliar e decidir em tempo oportuno. Outro assunto debatido, foram os problemas com o acompanhamento dos trabalhadores em situação de acidentes em serviço, assumindo o executivo que analisará caso a caso. Por último, informaram que todos os concursos de ingresso terão reserva de recrutamento, de forma a suprir as constantes necessidades de trabalhadores.

MISERICÓRDIA

A 12 de Outubro, realizou-se uma reunião com o Executivo, representado pela presidente Carla Madeira, a vogal responsável pela Higiene Urbana e a responsável dos Recursos Humanos. Sobre o novo posto de limpeza, situado na Rua de Dom Luís, afirmaram que está a ser retirado o amianto entretanto detectado, situação que atrasou a conclusão da obra, juntamente com a incerteza sobre o recebimento das verbas da CML. Contudo, a Presidente afirmou que até ao fim do ano espera ter esta instalação operacional. Numa outra dimensão, o Executivo assumiu que a admissão de pessoal está a ser realizada de forma faseada, sempre com a preocupação da sustentabilidade financeira da autarquia. Tendo o STML questionado sobre a actualização dos valores do SIP e os reactivos a Janeiro de 2021, a Presidente transmitiu que prevê a actualização para 4,99€ a todos os trabalhadores da Higiene Urbana, no próximo mês de Janeiro. Relativamente aos retroactivos do SIP, a Presidente começou por referir que não contava pagar, alegando dificuldades financeiras provocadas pela incerteza sobre a continuação dos contratos com a CML. O Sindicato não deixou de sublinhar que estas verbas são devidas aos trabalhadores. Para ultrapassar as dificuldades aludidas, propusemos o pagamento dos retroactivos faseadamente, tendo a Presidente assumido que iria considerar esta possibilidade. Perante a proposta do STML para o pagamento do suplemento nocturno e do SIP nos períodos de férias, a presidente levantou dúvidas, tendo o sindicato enviado posteriormente um parecer que fundamenta estes direitos.

SANTO ANTÓNIO

A 6 de Outubro, reuniu-se com esta Freguesia, representada pelo Presidente Vasco Morgado, pelo vogal responsável pelas finanças e a responsável da Higiene Urbana. Sobre a actualização do SIP e retroactivos, que o Presidente sempre assumiu pagar quando tivesse condições financeiras nesse sentido, alegou o Executivo nesta reunião as demoras por parte da CML na transferência de verbas, para além de algumas dúvidas de carácter procedimental. Todavia, aponta o final do ano para a definição do pagamento dos retroactivos, comprometendo-se na actualização para o valor de 4,99€. O STML criticou a demora, uma vez que a CML já procedeu ao pagamento de metade das verbas, estando previsto para Novembro o restante. Posteriormente, o Executivo informou que a actualização seria paga com o salário de Outubro e os retroactivos de 2022, pagos até ao final do ano, faltando definir o pagamento relativo a 2021. O Sindicato saúda esta evolução. O STML reivindicou ainda o pagamento em período de férias do suplemento nocturno e do SIP, comprometendo-se o Executivo a analisar os fundamentos que entretanto o Sindicato fez chegar à Junta. Sobre as novas instalações da higiene urbana, o Executivo indicou um edifício camarário na Praça da Alegria. Quanto à falta de pessoal na Higiene Urbana, o executivo afirma que os últimos concursos têm ficado desertos, ou quase. Neste momento, está em fase de conclusão um concurso, com dois candidatos. Da parte da Junta, há disponibilidade para receber trabalhadores em mobilidade doutros organismos. O STML sugeriu que as aberturas dos concursos sejam publicadas no Boletim do Trabalho e Emprego.

ARROIOS

No dia 25 de Outubro, decorreu a reunião com esta Junta representada pela presidente Madalena Natividade. Voltamos a abordar a majoração dos dias de férias, ficando a presidente de esclarecer a situação com brevidade. Propusemos o pagamento do suplemento nocturno e do SIP em período de férias, tendo enviado o STML a fundamentação jurídica para análise do Executivo. Neste momento o número de trabalhadores da Higiene Urbana é suficiente, registando-se algum défice na manutenção do espaço público. O Sindicato alertou ainda para a articulação com a empresa contratada pela CML para a lavagem dos contentores subterrâneos. Sobre outro assunto, a Junta informou que decorre um concurso para a aquisição de fardamentos e EPI, responsabilizando-se pela compra avulsa de EPI, sempre que se verifique algum tipo de carência. Por último, o Executivo continua a aguardar a evolução do projecto da CML para um novo posto de limpeza.

BELÉM

No seguimento das acções levadas a cabo pelos trabalhadores dos Postos de Limpeza da Junta de Freguesia de Belém, irá ser feita uma nova distribuição de um comunicado à população em forma de tarjeta. Uma vez mais, evidencia-se o desrespeito persistente pelos trabalhadores, preconizada pelo Executivo desta Junta de Freguesia em recusar o direito à negociação do ACEP. Lembra-se que o STML e estes trabalhadores apresentaram uma proposta de ACEP, não tendo merecido o mesmo até ao momento, qualquer tipo de contraproposta ou sequer de discussão.

A última reunião realizada com o Executivo de Belém, só foi possível em consequência de um plenário/concentração à porta da referida Junta e, num segundo momento, por uma manifestação com plenário nos mesmos moldes. A referida reunião mostrou-se infrutífera no objetivo de iniciar a negociação em torno de um ACEP, motivando uma colagem de cartazes, prontamente retirada pela autarquia num claro desrespeito das mais elementares regras democráticas, ao qual se seguiu a decisão de trabalhadores e STML em distribuir um comunicado à população dando continuidade a um processo reivindicativo assente na luta pela justiça e pelo respeito dos direitos dos trabalhadores.

NOUTRAS FREGUESIAS...

No momento em que escrevemos este artigo, mantém-se o impasse nas negociações para a renovação dos ACEP com as Juntas de Benfica, Olivais, Parque das Nações e Lumiar. Neste último caso, ficou o respectivo Executivo de enviar a sua contraproposta ao STML. O mesmo sucede com Alcântara, sublinhando que nesta Junta se trata da primeira vez que este Acordo está a ser negociado. Em São Domingos de Benfica, está agendada para 9 de Novembro uma reunião onde esperamos retomar as negociações, para além de debater outros assuntos.

Por último, na Junta de São Vicente valorizamos a decisão assumida em Setembro de actualizar o SIP e pagar os seus retroactivos desde Janeiro de 2021. Em Santa Maria Maior, o Executivo continua incompreensivelmente a avaliar a situação, segundo a informação transmitida ao STML pelo presidente Miguel Coelho. Compreensível, portanto, o desagrado dos trabalhadores perante sucessivos atrasos no pagamento de verbas que lhes são devidas.



Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP) reúne

A greve ergue-se

Em inícios de Outubro, tiveram lugar reuniões entre o Governo e as estruturas sindicais no âmbito da negociação geral salarial anual que precede o Orçamento do Estado. A Frente Comum levou para a discussão a Proposta Reivindicativa Comum para 2023 (PRC/2023).

Na primeira reunião, a 3 de Outubro, a Ministra começou por apresentar um calendário negocial com início na 2ª quinzena de Outubro e término em Novembro. Os assuntos a debater centraram-se na valorização das carreiras especiais de grau 2, da carreira de técnico superior de um nível remuneratório (52€), faseado ao longo da legislatura, e da carreira de Assistente Técnico, com a atribuição adicional de um nível da TRU, em Janeiro de 2023. Quanto aos Assistentes Operacionais, o governo propôs uma subida de 2 níveis para os que têm mais de 30 anos de serviço e de 1 nível para os que têm mais de 15 anos. A discussão do SIADAP ficou para Janeiro de 2023. Para a legislatura, propõem rever a Tabela Remuneratória Única (TRU) e um acordo plurianual, garantindo a todos trabalhadores uma valorização de cerca de 52,11€ por ano. Para 2023, assume-se a actualização da Base Remuneratória da Administração Pública para o valor de 761,58€ e o equivalente a um nível remuneratório (cerca de 52€) ou de um mínimo de 2% para todos os trabalhadores.

A Frente Comum começou por reivindicar o aumento intercalar dos salários ainda em 2022. Quanto à proposta de aumentos plurianuais, foi rejeitada porque a discussão deve ser anual tendo em conta a realidade do momento. Sobre os aumentos propostos pelo governo, considerou-se que ficam muito aquém do que é justo para os trabalhadores, defendendo um aumento de 10% com um mínimo de 100€.

Referiu-se ainda que na PRC/2023 constam outras matérias importantes para os trabalhadores que urge discutir, como a revisão da TRU, a revogação do SIADAP, o aumento do subsídio de refeição, a reposição do valor do trabalho extraordinário, o alargamento da aplicação do suplemento e insalubridade e penosidade e a sua valorização como de outros suplementos ou a identificação das profissões de desgaste rápido. O governo defendeu a sua proposta de aumentos salariais, remetendo para a legislatura a discussão das outras matérias.

Na segunda reunião, a 7 de Outubro, o governo anunciou um aumento de 0,43€ para o subsídio de refeição, fixando-se em 5,20€, não se registando qualquer evolução em relação às restantes matérias. A Frente Comum apresentou uma proposta de 9€ diários para este subsídio, manifestando-se contra o valor apresentado, uma vez que não permitirá aos trabalhadores terem uma refeição digna! Por outro lado, o governo assumiu fazer coincidir a valorização da antiguidade dos Assistentes Operacionais com o momento da progressão “normal”, excluindo a maioria em 2023!

A 14 de Outubro, teve lugar a reunião de negociação suplementar. Não se registou qualquer evolução por parte do governo nas propostas apresentadas anteriormente. Tendo a Frente Comum insistido na valorização justa e necessária dos trabalhadores através do aumento dos salários, apontando o governo a negociação que irá decorrer entre a 2ª quinzena de Outubro e Novembro.



18
NOV

greve
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



com o Governo que insiste em desvalorizar os trabalhadores!

em Novembro!

Governo negocia às escondidas da Frente Comum, construindo um resultado que não responde às reivindicações dos trabalhadores.

A 22 de Outubro a FCSAP teve conhecimento pela comunicação social do acordo entre o governo e as estruturas sindicais da UGT (FESAP e STE), visando a aplicação da alteração ao valor do subsídio de refeição (com efeitos a Outubro/22), a subida de mais 1 nível remuneratório à tabela dos técnicos superiores e assistentes técnicos (em Janeiro/23), uma subida de 2 níveis para os que têm mais de 30 anos de serviço e de 1 nível para os que têm mais de 15 anos na carreira de assistente operacional (em inícios de 2023). para além dos aumentos plurianuais.

A Frente Comum esteve presente em todas as reuniões de Negociação Geral Anual e Suplementar, tendo referido estar disponível para continuar a negociação de aumentos salariais até à votação final do OE/2023. Nessa mesma reunião, perante a nossa insistência sobre os prazos para a valorização das carreiras, o governo não apresentou qualquer proposta concreta, remetendo a discussão para a calendarização apresentada.

Fica desta forma clara que o governo insiste no total desrespeito pelo processo negocial, escolhendo os “parceiros” que melhor satisfazem as suas pretensões. Numa manobra de propaganda, articulada e com contornos de má-fé, o governo apelida o “acordo” que alcançou com a FESAP e o STE de “histórico”.

Apesar da Frente Comum não subscrever os termos conhecidos deste acordo, que persiste no empobrecimento dos trabalhadores, exige-se do governo seriedade negocial que não se compadece com comportamentos desta natureza!

A luta como resposta!

A Cimeira da Frente Comum avaliou o processo negocial e a necessidade do desenvolvimento da luta. Perante uma proposta de atualização salarial que não dá resposta à perda de poder de compra verificada em 2022 e que, para 2023, aprofundará o empobrecimento dos trabalhadores, foi decidido convocar um **Plenário Nacional para o dia 27 de Outubro** junto à Assembleia da República.

No dia em que foi votado o OE/2023 na generalidade, o plenário contou com a presença de centenas de dirigentes e delegados sindicais que testemunharam a sua experiência no dia-a-dia nos seus locais de trabalho, denunciando a falta de investimento nos serviços públicos, a falta de pessoal ou a ausência de uma perspectiva de carreira, sem esquecer a estagnação dos salários. Realidades que o governo teima em perpetuar com as propostas inscritas no OE, insistindo numa política de salários baixos enquanto aumenta a aquisição de serviços externos e recusa romper com as parecerias público-privadas ou taxar os lucros especulativos do grande capital. O plenário decidiu aprofundar a luta, participando ativamente na mobilização para a **Greve Nacional dos Trabalhadores da Administração Pública de 18 de Novembro!**

A ser aprovada a proposta de OE/2023 (fins de Novembro), os trabalhadores irão continuar a sofrer o aumento brutal do custo de vida e a empobrecer no próximo ano, sabendo que o governo tem meios orçamentais para dar resposta aos problemas dos trabalhadores. Não estamos, portanto, perante qualquer tipo de inevitabilidade. Ao governo exige-se, já na greve de 18 de Novembro, respostas urgentes que devolvam rendimentos e direitos aos trabalhadores.



OE23

Um Orçamento que não serve os trabalhadores e o País

O Orçamento do Estado para 2023 demonstra que o governo do Partido Socialista está dissociado das necessidades reais dos trabalhadores e do País. Perante o agravamento do cenário de crise, António Costa e Fernando Medina fazem uma clara opção de classe ao privilegiar os interesses do capital em detrimento do trabalho.

A primeira constatação que se retira do documento do Orçamento do Estado (OE) para 2023 é a de que, por mais areia que nos tentem atirar para os olhos, os trabalhadores na sua esmagadora maioria vão perder poder de compra. Isso acontece por uma razão evidente: o governo do PS recusa-se a implementar qualquer medida que trave o aumento especulativo dos preços.

Quando se exigiam soluções concretas e consequentes para dar resposta ao aumento da inflação, o governo aplica o receituário do costume. Ou seja, o OE surge consonante com a linha política deste governo em manter, ou até em patrocinar, medidas que não colocam minimamente em causa os lucros especulativos de grandes grupos económicos, com as energéticas (como a Galp e a EDP) e os grupos de venda a retalho na dianteira (Sonae, Pingo Doce, etc.).

Como uma análise detalhada do primeiro OE com a assinatura de Medina demonstra, há uma opção muito clara: a de transferir riqueza do factor trabalho para o factor capital. Para efectivar isso, o Ministro das Finanças não só não aponta qualquer medida de fixação de preços em sectores vitais, como ainda estende a mão ao capital, prevendo um quadro de benefícios fiscais e de

financiamento público a investimento privado num conjunto de áreas (algumas delas, claro, no campo das energias).

O resultado previamente anunciado pelo OE é de que os trabalhadores, reformados e pensionistas, não obstante os aumentos anunciados, vão perder poder de compra porque, na generalidade, o valor apontado para o aumento é menor do que a inflação apontada em todas as projeções. A tudo isso, e em nome da redução do défice, o governo revela uma clara tendência de desinvestimento público, o que resultará inevitavelmente no agravar da degradação de serviços públicos.

Por tudo isto é que consideramos dramático e grave ouvir um ministro das Finanças anunciar este OE como “realista” e capaz de “mitigar” os efeitos da crise inflacionista. O que Medina deveria dizer, em nome da verdade, é que este “seu” OE agrava as desigualdades sociais e as injustiças ao não promover medidas concretas para combater a inflação. Que este “seu” OE aplica um receituário de austeridade sobre os rendimentos do trabalho, aliás em linha com a estratégia da União Europeia para “travar” a espiral inflacionista a custos de uma recessão.

Se dúvidas houvesse, o governo do PS e a sua maioria parlamentar demonstram neste OE a sua opção de classe. Perante um cenário de grande gravidade e incerteza, quando era necessário estar ao lado dos mais fracos e dos mais vulneráveis, dos trabalhadores e dos pensionistas e reformados, das famílias e dos jovens, o PS está uma vez mais alinhado à direita, prestando inestimáveis serviços aos interesses do grande capital.



A 15 de Outubro a luta saiu à rua! E a luta vai continuar!

A grande manifestação de 15 de Outubro promovida pela CGTP-IN, traduz bem o pensar de muitos portugueses e das suas preocupações quanto a um futuro repleto de incertezas, assentes na lógica real de continuar a empobrecer a trabalhar.

Reflexo disso mesmo, é a moção aprovada por todos os trabalhadores presentes nesta jornada de luta, que mais do que representativo de todos os sectores de actividade, juntou os sectores público e privado, novos e velhos, mulheres e homens, unidos num mesmo desígnio: o de clamarem por um melhor salário, mais direitos e respeito por quem trabalha!

Mas esta moção traz ainda ao de cima mais um sentimento: o da INJUSTIÇA! Enquanto uns tudo fazem em prol da sua sobrevivência, outros de forma descarada tudo fazem para aproveitar a situação, obtendo lucros escandalosos à custa dos primeiros. Sejam empresas dos sectores energético, do retalho, banca ou imobiliário, entre outras, o que apetece mesmo perguntar é porque é que elas podem ter lucros fabulosos, e nós, trabalhadores assalariados, a cada dia que passa temos mais um prejuízo à conta da inflação?

Num momento em que as dificuldades dos trabalhadores e pensionistas contrastam com o colossal aumento dos lucros do grande capital, exigimos respostas agora. É necessário e é possível. A riqueza que produzimos é suficiente para garantir uma vida digna para todos.

O aumento geral dos salários assume-se assim como a questão central, absolutamente determinante para garantir e elevar o poder de compra, o direito à satisfação das necessidades do dia-a-dia dos trabalhadores e das suas famílias e proporcionar

uma vida digna. Assim, e para dar resposta, ao agravamento da situação dos trabalhadores e reformados por via do brutal aumento do custo vida, exigiu-se no imediato:

- O aumento dos salários de todos os trabalhadores em 90€;
- Aumentos extraordinários dos salários que foram actualizados, mas cuja revisão já foi absorvida pela inflação;
- O aumento extraordinário do Salário Mínimo Nacional, fixando-o já nos 800€;
- O aumento extraordinário de todas as pensões e reformas que reponha o poder de compra e assegure a sua valorização;
- O aumento das prestações de apoio social;
- A revogação das normas gravosas da legislação laboral;
- A fixação de limites máximos nos preços dos bens e serviços essenciais;
- A aplicação de um imposto que incida sobre os lucros colossais das grandes empresas.

Estarmos unidos e conscientes de que só com a luta organizada podemos inverter esta situação é o passo essencial para almejarmos um futuro justo e digno para todos. Daí, ter já a CGTP-IN decidido uma concentração para 25 de Novembro às 10h30 junto à Assembleia das República, dia em que é votado o Orçamento do Estado em termos globais e definitivos. Também na semana de 10 a 17 de Dezembro, está prevista de norte a sul do país uma semana de luta em todos os sectores de actividade. Não podemos aceitar que este Governo nos passe um atestado de incompetência, como se todos fôssemos incapazes de perceber a enorme falácia que nos vendem todos os dias.

VICTOR HUGO CARDINALI

Festa de Natal dos associados (e respectivos familiares) do STML

Em Dezembro, como é tradição, voltamos a realizar a Festa de Natal dirigida aos associados do Sindicato. Este ano regressamos à Companhia de Circo do Victor Hugo Cardinali, localizado no passeio marítimo de Algés. As sessões do circo serão nos dias:

1 de Dezembro, Quinta-feira, às 14h00 e

4 de Dezembro, Domingo, às 11h30.

Levantamento dos bilhetes para o Circo

A distribuição dos bilhetes irá decorrer na sede do Sindicato nos dias 28, 29 e 30 de Novembro. De forma a poderem levantar os bilhetes, todos os associados deverão preencher o formulário que segue em conjunto com a presente edição d'O Trabalhador do Município de Lisboa, e que deverá ser assinado pelo próprio ou por intermédio de outra pessoa devidamente mandatada e identificada. Sublinhamos ainda que é obrigatória a apresentação do comprovativo da idade do(s) filho(s) menores.

Na expectativa que o espectáculo seja do agrado de todos, a Direcção do STML deseja um bom natal e umas excelentes festas! Que 2023 seja o ano em que todos consigamos unir esforços de forma a transformar a realidade que nos prejudica, alcançando, com a força e a confiança que nos caracteriza, melhores condições de trabalho e de vida!



PIQUENIQUE ANUAL DO STML

Realizou-se no passado dia 25 de Setembro o nosso tradicional piquenique. O espaço escolhido foi o Parque de Merendas de Cabeço de Montachique em Loures.

Foram dois anos de interrupção causados pela pandemia, mas isso não fez com que a vontade diminuísse de voltarmos a estar juntos em modo de convívio e sempre bem acompanhados por um porco no espeto.

Neste sentido, foi um regresso com muita alegria, boa disposição que há muito nos fazia falta. A todos os que participaram, um forte abraço com a certeza que em 2023 lá estaremos novamente a 'piquenicar'.